

GRUPO TERRA FÉRTIL

RELATÓRIO DE ANÁLISE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL ADITIVO



ÍNDICE

4	1. SUMÁRIO EXECUTIVO
5	2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
9	3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES
15	4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS
17	5. INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005
19	6.CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005
21	GLOSSÁRIO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CHOPINZINHO – ESTADO DO PARANÁ

Dr. Rafael de Carvalho Paes Leme

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do **Relatório de Análise de Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial**, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “h” da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos pelas Recuperandas.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados, as disposições do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial.

Este relatório e demais documentos relacionados a presente Recuperação Judicial estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0002133-86.2020.8.16.0068** e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 26 de agosto de 2021.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES
OAB/PR nº 65.066

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Síntese do PRJ	O PRJ Aditivo foi apresentado tempestivamente pelas Recuperandas, ao mov. 1027, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores concursais e novação dos créditos.
Condições de Pagamento de Credores	O PRJ Aditivo apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores na Cláusula 8, estabelecendo subclasses e diferentes formas de pagamento para os credores da Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista, assim como, subclasses para os credores da Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – ME/EPP, divididos por valor, prevendo ainda pagamento favorecido para a Subclasse dos Credores Fornecedores Estratégicos.
Alienação de Ativos	No que tange à alienação de ativos, impende mencionar que o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas não prevê tal hipótese.
Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005	Após análise do PRJ Aditivo apresentado pelas Recuperandas, não foram identificadas por esta Administradora Judicial cláusulas contrárias às disposições da Lei 11.101/2005.
Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005	No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.



2

2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL ADITIVO

Consoante prevê a redação do artigo 53 da Lei 11.101/2005, a empresa Recuperanda possui o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar em Juízo seu Plano de Recuperação Judicial, a contar da publicação da decisão que defere o processamento da Recuperação Judicial.

In casu, extrai-se dos autos recuperacionais que a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ao dia 06 de novembro de 2020, razão pela qual se têm como prazo fatal para o cumprimento de tal determinação exarada pela Lei 11.101/2005, a data de 07 de janeiro de 2021.

Compulsando os autos, extrai-se que as Recuperandas apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, ao mov. 195 dos autos, restando, portanto, **TEMPESTIVO** tal ato, consoante fundamentação supra. Ademais, ao mov. 1.027 foi juntado o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas.

2.2 RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

No momento da apresentação do Plano de Recuperação Judicial Aditivo não foi apresentado Laudo Econômico-Financeiro, tampouco Laudo de Avaliação, motivo pelo **entende que as informações outrora indicadas, nos movs. 744.3 e 195.4, respectivamente, permanecem hígidias.**

2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

As Recuperandas apresentaram no item 5 do Aditivo ao PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, inciso I, ambos da Lei 11.101/2005. Assim, segue síntese das referidas mediais:

- a) Item 5.1: Multiplicidade de medidas – Após eventual aprovação do Plano em comento, as Recuperandas ficarão autorizadas por seus credores a buscar os mais viáveis meios de recuperação, tais como a concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas, e todos os meios tratados de modo exemplificativo na Lei 11.101/2005;
- b) Item 5.2: Dilação de prazo das obrigações devidas – Ante a impossibilidade das Recuperandas saldarem seus compromissos de curto prazo, a presente cláusula prevê a dilação no prazo de pagamento dos compromissos com vencimento próximo, conforme previsto no art. 50, inciso I, da LFRJ, possibilitando que se preserve a atividade empresarial;
- c) Item 5.3: Criação de subclasses – A criação de subclasses tem o objetivo de abranger os credores com interesses homogêneos, respeitando o princípio da paridade dos credores, a possibilitar seja dado prosseguimento à atividade empresária do devedor;
- d) Item 5.4: Incorporação ou fusão das Recuperandas – Admite-se a alternativa de que o Grupo Terra Fértil, no curso da presente Recuperação Judicial, incorpore concorrentes ou que se funda com estes, com observância ao procedimento ordinário previsto na Lei de Sociedades



Anônimas;

e) Item 5.5: Novos empréstimos para fins de recebimento privilegiado – Esta cláusula oportunizará a qualquer credor, habilitado ou não nos autos de Recuperação Judicial, a realização de novos empréstimos às Recuperandas. A contratação em tela deverá ser realizada por meio de mútuo, com valor e condições de pagamento estabelecidas entre as partes contratantes, possuindo preferência máxima no recebimento em detrimento de qualquer outro tipo de crédito.

Visto isso, após análise das cláusulas acima expostas, realizada por esta Administradora Judicial, constata-se que todas as medidas recuperacionais supracitadas estão em conformidade com o que dispõe a Lei 11.101/2005.

2.4 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

Em sede de Aditivo ao Plano de Recuperação judicial não foram apresentadas novas medidas para recuperação do negócio, motivo pelo qual se entende que **as informações outrora indicadas no relatório de mov. 744, permanecem hígidas.**

2.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

O Plano de Recuperação Judicial bem como seu Aditivo apresentados pelas Recuperandas, não preveem contingência para pagamento de credores ainda não arrolados na Relação Nominal de Credores, se limitando tão somente a estabelecer propostas de pagamento aos credores já arrolados na referida relação.

2.6 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da apresentação do Plano de Recuperação Judicial Aditivo, não foram apresentados novos meios de satisfação dos créditos fiscais e demais créditos não sujeitos à Recuperação Judicial, motivo pelo qual esta Administradora Judicial entende que aqueles outrora indicados no relatório de mov. 744, permanecem hígidos.

2.7 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

No momento da apresentação do Plano de Recuperação Judicial Aditivo, no mov. 1027, **foi retirada a cláusula** que previa que, a partir da homologação do Plano de soerguimento, as ações e execuções em curso conta as Recuperandas, seus sócios, acionistas, afiliados e/ou administradores, bem como, os respectivos garantidores, coobrigados, devedores solidários, avalistas ou fiadores, deveriam ser suspensas até o efetivo cumprimento do referido Plano, oportunidade a qual seriam extintas e os respectivos credores somente poderiam buscar a satisfação de seu crédito conforme os exclusivos termos e condições previstos no PRJ, competindo à parte o ônus dos honorários sucumbenciais e contratuais dos respectivos patronos.



3

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES



3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

Consoante ao Aditivo do Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 1027 dos autos recuperacionais, apresenta-se, na sequência, a síntese da forma de pagamento proposta pelas Recuperandas, constante em sua Cláusula 8, discriminada por classe de credores:

Classe		Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	Crédito Salarial até 5 sal. mínimos e vencidos até 03 meses anteriores ao pedido de RJ	-	30 dias a partir da homologação do Plano	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR e juros de 1% ao ano	-
	Valores Salariais Incontroversos acima de 5 sal. mínimos e quaisquer verbas derivadas de reflexos trabalhistas	90 dias a partir da homologação do Plano	09 parcelas mensais e proporcionais a cada credor a partir do período de carência	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR e juros de 1% ao ano	-
	Valores Controvertidos	90 dias contados da sentença que homologar o crédito na Recuperação Judicial	09 parcelas mensais e proporcionais a cada credor a partir da sentença que homologar o crédito na Recuperação Judicial	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR e juros de 1% ao ano	-
	Honorários de Sucumbência	-	12 parcelas mensais e sucessivas, a contar do trânsito em julgado da decisão que habilitar o respectivo valor, até o limite de 150 salários mínimos	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR e juros de 1% ao ano	-
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	12 meses	04 parcelas semestrais e sucessivas	Juros de 5,50% ao ano	-



Classe		Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe III Créditos Quirografários	Crédito até R\$ 40.000,00	12 meses	12 parcelas mensais e sucessivas	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR	-
	Crédito até R\$ 80.000,00	24 meses	24 parcelas mensais e sucessivas	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR	-
	Crédito até R\$ 180.000,00	24 meses	36 parcelas mensais e sucessivas	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR	-
	Quirografários Gerais	24 meses	18 parcelas anuais, sucessivas e proporcionais a cada credor a partir do período de carência	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR e juros de 1% ao ano	Deságio de 80% do valor do crédito
Classe IV Créditos ME / EPP	Crédito até R\$ 40.000,00	12 meses	12 parcelas mensais e sucessivas	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR	-
	Crédito de R\$ 80.000,00	24 meses	24 parcelas mensais e sucessivas	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR	-
	Créditos ME/ EPP Gerais	24 meses	18 parcelas anuais e sucessivas e proporcionais a cada credor a partir do período de carência	Correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR e juros de 1% ao ano	Deságio de 70% do valor do crédito

Fonte: Plano de Recuperação Judicial Aditivo do Grupo Terra Fértil (mov. 1027).

Em análise comparativa entre o PRJ originário constante ao mov. 744 e o PRJ Aditivo, juntado ao mov. 1027, constata-se que houve alteração nas condições de pagamento nas Classes II – Créditos com Garantia Real, com relação à taxa de juros aplicada sobre o crédito.

3.2 CREDORES COLABORADORES E SUBCLASSES

3.2.1 CREDORES COLABORADORES

Na Classe III – Créditos Quirografários, a Cláusula 8.7 do respectivo PRJ, prevê os credores fornecedores estratégicos, sendo prestadores de serviços de transporte e demais fornecedores de materiais, insumos, produtos e/ou prestadores de serviços referentes às atividades das Recuperandas e que, posteriormente à data do pedido, colaborarem ou tenham colaborado com a Recuperação Judicial, em termos satisfatórios às Recuperandas. Os referidos credores terão um adicional de 5% (cinco por cento) sobre o valor de novos fornecimentos para abatimentos de valores habilitados no Quadro Geral de Credores.

Vale ressaltar que a cláusula supramencionada é válida somente se ocorrer a continuação da prestação dos serviços pelo respectivo Credor Fornecedor Estratégico, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos contados da data da homologação do Plano, ou pelo prazo mínimo de 03 (três) anos além do prazo previsto no contrato em vigor, caso existente. Ainda, as Recuperandas e a



Subclasse de Credores em comento, formalizarão a continuidade da prestação de serviços mediante celebração do respectivo termo de compromisso, em até 60 (sessenta) dias úteis contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

3.2.2 SUBCLASSES

Conforme se depreende da Cláusula 7 do Plano de Recuperação Judicial Aditivo, acostado aos autos ao mov.1027.2, as Recuperandas apresentaram subclasses à Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista, Classe III – Créditos Quirografários e Classe IV – Créditos ME / EPP, consoante apresentado do quatro contido no item 3.1 supra.

No que se refere a Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista, constata-se que foi realizada a divisão em 4 (quatro) subclasses, sendo, a primeira delas, apresentada na Cláusula 8.1.1, que os pagamentos dos credores com verbas salariais vencidas até 03 (três) meses anteriores ao pedido recuperacional, serão realizados em 30 (trinta) dias a partir da data da homologação do PRJ, sem deságio, com correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR, e juros de 1% (um por cento) ao ano.

A segunda subclasse dos credores Classe I também está contida na Cláusula 8.1.1, estabelecendo que os créditos referentes à valores salariais incontroversos serão pagos sem deságio, com carência de 90 (noventa) dias para pagamento do principal e juros, correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR, juros de 1% (um por cento) ao ano, em 09 (nove) parcelas mensais e proporcionais a partir do período de carência.

A terceira subclasse dos credores Classe I foi apresentada na Cláusula 8.1.2, abrangendo créditos com valores salariais controvertidos, figurando, nesta categoria, os ex-funcionários que tiverem provisão para liquidações futuras, sendo abarcados no Plano de Recuperação Judicial aqueles com demandas fundamentadas em fatos pretéritos ao pedido de Recuperação Judicial. Assim, os credores que não tiverem arrolados no Quadro Geral de Credores por não terem suas demandas julgadas, serão devidamente inseridos após o trânsito em julgado e liquidação do crédito que eventualmente possuam, desde que o fato gerador se refira a período anterior ao pedido de Recuperação Judicial. A esses, o pagamento será realizado sem deságio, com carência de 90 (noventa) dias, contados da sentença que homologar o crédito na Recuperação Judicial, para pagamento do principal e juros, correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR, juros de 1% (um por cento) ao ano, em 09 (nove) parcelas mensais e proporcionais a cada credor, a partir do período de carência.

A quarta e última subclasse da Classe I abrange os créditos referentes a honorários advocatícios de sucumbência, conforme consta na Cláusula 8.1.3, os quais serão pagas em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, a contar do trânsito em julgado da decisão que habilitar o respectivo valor, até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos cobrados na forma do item 7.1.5 do PRJ.

Conforme se verifica do quadro apresentado ao item 3.1, a Classe II – Créditos com Garantia Real, não foi subdividida em classes, tendo sido apresentada, na Cláusula 8.2, as condições de 12 (doze) meses de carência para pagamento do principal e dos juros, sem deságio, com juros de 5,50% ao ano, a ser realizado em 4 (quatro) parcelas semestrais e sucessivas.



Por sua vez, a Cláusula 8.3 tratou da subclasse da Classe III – Créditos Quirografários, estipulando as condições de pagamento a depender da limitação do crédito habilitado, a serem pagos nas seguintes condições: (i) para crédito com valor até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), terá período de carência de 12 (doze) meses, pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sem deságio; (ii) para crédito com valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), terá período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, pago em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sem deságio; e (iii) para créditos na monta de até R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), terá período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, pago em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sem deságio.

Ademais, a Cláusula 8.4 abordou a subclasse da Classe III – Créditos Quirografários Gerais, apresentando as condições de pagamento com 80% (oitenta por cento) de deságio do valor de face do crédito, carência de 24 (vinte e quatro) meses para pagamento do principal e dos juros, correção monetária pela variação da Taxa Referencial –TR, com juros de 1% ao ano, pago em 18 (dezoito) parcelas anuais sucessivas e proporcionais a cada credor a partir do período de carência.

Ao final, à Cláusula 8.5 do respectivo Plano Aditivo, consta a subdivisão de créditos da Classe IV – ME/EPP, apresentando as seguintes condições de pagamento, também, estabelecido a depender do valor habilitado: (i) créditos no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com período de carência de 12 (doze) meses, pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sem deságio; e (ii) créditos até o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, pago em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sem deságio, sendo ambos corrigidos pela variação da Taxa Referencial – TR. Ainda, existe a previsão dos créditos ME/EPP gerais, à Cláusula 8.6, que serão pagos com período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, em 18 (dezoito) parcelas anuais e sucessivas e proporcionais a cada credor a partir do período de carência, com deságio de 70% (setenta por cento) do valor do crédito e correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR com juros de 1% ao ano.

3.3 CREDORES ADERENTES

É conhecida a existência de créditos extraconcursais pelas Recuperandas, os quais não se aplicam as presentes condições de pagamento, contudo, as Recuperandas possibilitaram, no Aditivo de mov. 1027.2, à Cláusula 8.8, a adesão dos credores não sujeitos, sem garantias imobiliárias, aos termos do Plano de Recuperação Judicial, estando cientes, no entanto, que somente serão aplicáveis na medida em que haja adesão expressa e voluntária de sua parte, prestada por escrito, em caráter irretratável e irrevogável, mediante notificação das Recuperandas, encaminhada em até 30 (trinta) dias contados da data da decisão que homologar o PRJ.

Dessa forma, os Créditos Extraconcursais Aderentes, sem garantias imobiliárias, serão pagos com 60% (sessenta por cento) de deságio; carência de 24 meses, a contar do pagamento inicial para pagamento do principal e dos juros; correção monetária pela variação da Taxa Referencial – TR; juros de 1% ao ano; e em 12 parcelas anuais sucessivas e proporcionais a cada credor a partir do período de carência.

3.4 CRÉDITOS FISCAIS

Ainda, à Cláusula 8.9 do Plano de Recuperação Judicial Aditivo, acostado ao mov. 1027.2, constou que, em havendo identificação de dívidas fiscais no transcurso do processo de Recuperação Judicial, essas serão alvo de parcelamento, nos termos da lei vigente.



4

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

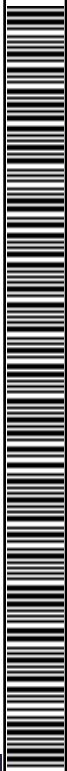


4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

No momento da apresentação do Plano de Recuperação Judicial Aditivo, não houve modificação da previsão anteriormente apresentada no PRJ originário em relação a alienação de ativos, **motivo pelo qual esta Administradora Judicial entende que as disposições contidas no relatório ao mov. 744, permanecem hígidas.**

4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO

No Plano de Recuperação Judicial Aditivo em análise, verificou-se que inexistia previsão pormenorizada quanto as formas de alienação de ativos e, conseqüentemente, da destinação do produto.



5

**INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS
CONFLITANTES COM A LEI
11.101/2005**



5.1 INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRÁRIAS E QUE NÃO GUARDAM RESPALDO À LEI 11.101/2005

Em análise ao Plano de Recuperação Judicial Aditivo, aportado aos autos no mov. 1027.2, no entendimento deste Administradora Judicial, **não foram identificadas cláusulas em atrito às disposições expressas e axiológicas da Lei 11.101/2005.**



6

**CONDUTAS PREVISTAS PELO
ART. 64 DA LEI 11.101/2005**



6.1 CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005

No Plano de Recuperação Judicial Aditivo, em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.





GLOSSÁRIO



11. GLOSSÁRIO

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
GRUPO TERRA FÉRTIL – Terra Fértil Comércio de Insumos Agrícolas Eireli, Dinâmica Planejamento e Consultoria Agrícola Ltda, Marcos Paulo Viecilli – EPP
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperanda(s) – Grupo Terra Fértil
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

